

# Os impactos das obras para a Copa do Mundo na região da Grande Cruzeiro e o direito à moradia

Laura Souza Fonseca: Faculdade de Educação - UFRGS  
Acadêmica de Educação Física: Janaina Barbosa da Silva  
Acadêmica de História: Mariana Schleder Rheinheimer

No Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH), colaboramos com o estudo sobre trabalho e direitos do infantojuvenil; mediados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), recolhemos indícios de violação de direitos entre as crianças e os adolescentes. Articulamos elementos referentes ao objeto da pesquisa e da extensão, o que nos permite, no diálogo entre categorias estruturantes e emergências do campo, produzir sínteses e avançar no conhecimento produzido.

Perscrutando a indissociabilidade, nossas ações de *extensão/pesquisa/ensino* objetivam analisar/intervir em determinações que constituem o fenômeno social *trabalho e direitos do infantojuvenil* na comunidade da Cruzeiro, sendo a ação da extensão construída em uma escola municipal, uma estadual e um Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE) da região. Por meio de oficinas, construímos com as crianças e os adolescentes o debate sobre direitos que não são respeitados e como elas e eles entendem essa relação. Nesse artigo, utilizamos o recorte temporal de 2013 e 2014 para compreender a ação extensionista no período de realização dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo em diversas capitais do país. Foi o período em que as obras de infraestrutura, no escopo do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) modificaram o cotidiano da cidade de Porto Alegre, mudando a configuração e as relações da comunidade.

Estabelecer relações entre a ação extensionista e a pesquisa em reuniões da Rede de Proteção da

Região 5 e da Microrrede da Cruzeiro, possibilitaram problematizar a exploração sexual e comercial em crescimento nesse período. A partir dessa realidade questionamos a concepção de desenvolvimento da cidade, as visibilidades e as invisibilidades dos sujeitos e de suas reivindicações. Buscando aproximações com o materialismo histórico, lançamos mão de metodologias que nos permitam colocar à universidade, por meio da extensão e da pesquisa, a tarefa não de assistir a comunidade em que atua, mas de tensionar o porquê trabalhar com uma questão social.

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.  
Que não têm nome, têm número.  
Que não aparecem na história universal,  
aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”

Eduardo Galeano. *O Livro dos Abraços*, 2002, p.71.

Com Leher (2010) e outr@s autor@s temos caracterizado a crise do sistema capital, iniciada na década de 1970, como estrutural e sistêmica e cujas dimensões articuladas potencializam os efeitos da lógica destrutiva do capital; trata-se de uma crise econômica, climática e ambiental que também envolve produção e distribuição de alimentos, e reterritorializa internacionalmente inviabilizando condições de vida para imigrantes e localmente tendo em vista as grandes obras definidas pelo capital, no caso do Brasil atual as obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Na imagem hegemônica da crise, o neoliberalismo como ideologia avassaladora preconiza fazer terra arrasada do Estado social: precarizando e privatizando, destruindo postos de trabalho e expandindo a terceirização, atacando as organizações da classe trabalhadora e criminalizando as lutas e @s lutador@s sociais. A agenda do Consenso de Washington se aprofunda porque do ponto de vista do capital, as taxas de lucro não tiveram recuperação suficiente. É preciso ampliar a retirada de direitos trabalhistas e sociais assegurando a superexploração da força de trabalho e recuar nos direitos humanos potencializando formas de opressão de classe, étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Faz parte dessa síntese superexploração-opressão o deslocamento da centralidade do trabalho, quando o discurso sobre o desemprego transita para a pobreza; e as políticas de seguridade social cujo princípio era de apoio ao desempregado para que retornasse à condição de trabalhador@ assalariad@ é substituída por políticas focais, de natureza compensatória

– tempos de bolsificação da vida<sup>1</sup>. Para Leher (2010), o desemprego é uma das características da crise, que expande o exército social de reserva, quer no desemprego estrutural quer na forma sobrança. O desemprego, a bolsificação e as remoções foram elementos trabalhados no período de 2013-2014, momento em que no Brasil se realizaram a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol, respectivamente.

O Brasil sediou nos últimos anos, uma série de megaeventos: os Jogos Pan Americanos no Rio 2007, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. As cidades sedes dos jogos foram escolhidas de acordo com interesses do grande capital mundial e na contramão dos interesses d@s trabalhador@s destas cidades.

No escopo desta crise estrutural, a escolha de países de capitalismo dependente para sediar megaeventos esportivos obriga esses países a avançarem nos laços de dependência com os países de capitalismo central, já que precisam importar tecnologia para as construções das estruturas exigidas para a realização desses eventos; vemos, dessa forma, mais elementos de crise nos países de capitalismo dependente. Observamos no Brasil muito dinheiro público ser investido em construções desnecessárias e, após a realização do megaevento, para que foram construídas/reformadas, ficam inutilizadas ou vão para as mãos da iniciativa privada. Diferente das obras/serviços que, de fato, poderiam melhorar a vida da população, caso das obras de mobilidade urbana, por exemplo, a imensa maioria das promessas não passou disto.

Não por coincidência a crise no Brasil se agravou após a realização da Copa do Mundo. Muito se falou nos “legados da copa”, e nesse bojo estavam as obras de mobilidade urbana. Em Porto Alegre, foram iniciadas cerca de quinze obras para receber a Copa do Mundo, uma delas

1. Granemann (2006) utiliza a expressão para sintetizar estas políticas.

de duplicação da Avenida Tronco, na grande Cruzeiro – obra em que foram investidos 133,6 milhões de reais. O projeto dessa duplicação previa a remoção de cerca de 1.800 famílias de suas casas, para abrir espaço para a avenida<sup>2</sup>.

O Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) tem seu lócus de campo em atividades de extensão e pesquisa com a comunidade da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, desde 1998<sup>3</sup>. Até 2002, em escolas e espaços de proteção ao sujeito infanto-juvenil, essa experiência contribuiu para a produção da tese “Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas” (Fonseca, 2006). A partir de 2007, retornamos à comunidade com o objetivo de socializar a produção da tese, tarefa realizada como formação em serviço.

Debatemos a continuidade do trabalho do grupo na comunidade e ampliamos o estudo para além do trabalho infantojuvenil em escolas e socio-educativos, focamos as violações de direitos, atendidas e encaminhadas pelo Conselho Tutelar (CT) da microrregião 5, mediada pela Rede de Proteção. Em 2013, fizemos nova ampliação dos espaços investigados, uma vez que a Rede de Proteção dividiu-se em redinhas, singularizando as comunidades envolvidas, participamos, também, da Redinha da Cruzeiro. Desde o ano de 2013 observamos em nosso trabalho na Grande Cruzeiro os impactos causados pela duplicação da Avenida Tronco naquela comunidade.

O Grupo vai se formando no trabalho articulado entre pesquisa e extensão e também com foco no ensino, seja pelos trabalhos de conclusão na graduação e pelas atividades realizadas com as turmas em aula e até 2014, na pós-graduação.

---

2. Dados retirados do blog do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre.

3. A Grande Cruzeiro compreende os bairros Glória, Cruzeiro, Cristal, Medianeira e Santa Tereza. Na especificidade da ação extensionista atuamos no bairro Cruzeiro, sendo a pesquisa vinculada a Grande Cruzeiro pela Rede de Proteção e ao bairro Cruzeiro (Região 5) pela Micro-Rede.



Figura 1: Trecho de duplicação da Avenida Tronco

A feitura das ações extensionistas em campo possuem dois momentos: iniciamos nossa atividade através da observação participante com as turmas em uma escola municipal, uma escola estadual e um Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), articuladas com nossa participação na Rede de Proteção (vinculada à Microrregião 5 do Conselho Tutelar) e a Redinha (Cruzeiro) e num segundo momento atuamos em forma de oficinas.

A Observação Participante se transforma numa possibilidade de aproximação com as crianças e adolescentes e inserção no grupo, e coleta de dados sem uma intervenção direta na rotina das turmas. Observamos esses sujeitos e sua interação nas atividades e, quando possível, ajudamos ou conversamos em sala de aula, convivendo nesse espaço e apreendendo suas contradições. O material recolhido não trata apenas de relatos do acontecido no dia-a-dia, importa registrar a vivência e os sentimentos das extensionistas, material sistematizado em um Diário de Campo.

As turmas variam a idade entre doze a dezoito anos e nas oficinas trabalhamos com grupos de 10 a 15 participantes. Propomos atividades de escrita, rodas de conversa, leituras, jogos, elementos da cultura corporal, também usamos vídeos e músicas. Possibilitando às crianças e aos adolescentes participantes, e @s acadêmic@s oficineir@s, uma troca de saberes acerca do

mundo do trabalho e dos direitos do infantojuvenil, particularmente naquela região da cidade.

Apresentamos o ECA, pois, legalmente, são sujeitos que possuem direitos; no entanto, a realidade complexa e contraditória na qual vivem, submete-os a permanentes violações de direitos. Repetem-se distintas formas de trabalho infantojuvenil explorado: sexual e comercialmente, catação, tráfico de drogas, produção e venda de artesanato, trabalho doméstico, etc. Também há casos em que esses sujeitos apanham dos familiares, sofreram (ou sofrem constantemente) abuso sexual – algumas dessas crianças e adolescentes foram retiradas de suas famílias e moram em abrigos.

Duas oficinas em 2013 e duas em 2014 trabalharam diretamente com a temática dos megaventos esportivos e elementos surgiram também em outras oficinas, principalmente vinculados à questão da moradia e dos espaços de lazer. A comunidade da Cruzeiro foi uma das mais afetadas pelas obras de infraestrutura, por conta da ampliação da Avenida Tronco, importante via na comunidade. A justificativa da obra era o desenvolvimento daquela região e o maior acesso de tráfego do Estádio Beira Rio até o Barra Shopping Sul, caminho para o bairro Ipanema. Muitas das casas do local foram consideradas pela Prefeitura de Porto Alegre como invasões e para que as obras seguissem, as famílias eram removidas do local.

A primeira oficina de 2013 a tratar do tema consistiu em debates, as crianças e adolescentes produziram escritas e desenhos a partir das fotos e vídeos dos atos que aconteceram no dia 04 de julho de 2013 na Vila Tronco. Chamado pelo Bloco de Lutas e com a participação d@s morador@s da comunidade, além da pauta do transporte o ato que aconteceu à noite incorporou a pauta do direito à moradia. Observamos nessa oficina que de modo geral as crianças e adolescentes estavam bastante descontentes com as remoções forçadas por conta das obras, alguns deles sendo diretamente atingidos. Tivemos relatos de famílias que saíram de suas casas, porém o aluguel social

oferecido como alternativa não era suficiente para pagar o aluguel de casa alguma. Esse ato contribuiu para dar mais visibilidade ao que estava acontecendo naquele local, embora a mídia tradicional tenha noticiado de forma distorcida e mentirosa, como se não houvesse tido a participação de moradores – vimos no ato e também nas oficinas que não era a realidade.

A outra oficina a tratar do tema em 2013, consistiu em debatermos a partir de um trecho do documentário “Domínio Público” que retrata a situação das comunidades atingidas pelas “obras da Copa” no Rio de Janeiro. Pudemos observar que os estudantes reconheceram a realidade da comunidade que vivem nas histórias retratadas no documentário – problematizando as remoções, o quão errado é tirar as pessoas de suas casas e até mesmo a violência e a repressão por parte da polícia.

A mídia alternativa acompanhou esse processo de remoções na Grande Cruzeiro, denunciando o valor do aluguel social e divulgando a situação das famílias sem ter para onde ir, organizando a associação de bairro. Uma das fontes produzidas foi o vídeo *A Copa Que o Mundo Perdeu em Porto Alegre*, que utilizamos na oficina de 01 de outubro de 2014<sup>4</sup>.

Escolhemos essa oficina, pois um dos temas que apareceu bastante no trabalho da semana anterior que debatia deveres e direitos que não eram respeitados, foi a questão da moradia. Na oficina havia crianças entre 10 e 13 anos, do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental. As primeiras impressões do vídeo eram gerais, falando que achavam errado e injusto tirar as pessoas de suas casas, algo que aparece também nos trabalhos escritos. Ouvimos que a sua casa era uma das que foram demolidas na Cruzeiro para a duplicação da avenida e que agora era mais difícil vir até a escola; na oficina em outra escola nos disseram que as praças do bairro estavam sendo demolidas para construir casas. Eles confirmaram e uma das meninas disse que

---

4. A Copa que o Mundo Perdeu em Porto Alegre. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Z39sWy5M-TA>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

“para brincar estava mais difícil agora”. Na mesma oficina trabalhamos com a escrita/desenhos do que gostavam do bairro, o que não gostavam e o que gostariam que tivesse, a partir do que tinham apontado na conversa. Alguns trabalhos mostram casas com o antes e o depois, sendo o segundo exemplo as mesmas destruídas e ao lado crianças chorando; ou praças e algumas frases; e também há um trabalho onde um estudante escreveu em duas folhas um texto que fala sobre a “injustiça de tirar as pessoas de suas casas”.

A partir do que foi relatado nas oficinas pelas crianças e adolescentes podemos pensar também na importância do debate pelo direito à cidade. Harvey (2013) expõe o direito a cidade como o direito à vida urbana e citando Robert Parks, acredita que refazer a cidade é refazer a nós mesmos enquanto sujeitos. O direito à cidade passa a ser não apenas o direito a viver nela, mas também a pensá-la e modificá-la.

A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.

Mas existem numerosas forças que militam contra o livre exercício de tais direitos, que querem inclusive impedir que reconheçamos, pensemos sobre ou ajamos em relação a eles. (HARVEY, 2013, p. 48)

Está sendo retirado dos moradores daquela comunidade o direito de opinar sobre suas próprias casas e sobre a cidade em que vivem. O que para os governos e empresas que lucram com os megaeventos esportivos significa desenvolvimento da cidade, para os moradores daquela comunidade representa a retirada de direitos.

A partir das escritas e desenhos das crianças e adolescentes, bem como seus relatos nas oficinas em que o tema central eram os impactos dos megaeventos esportivos na cidade, mais especificamente da Copa do Mundo de 2014, pudemos observar que aquela comunidade foi bastante

atingida pelas obras. A remoção de muitas famílias daquela região atingiu diretamente os estudantes dos locais onde realizamos as oficinas, sendo possível observar a opinião das crianças e adolescentes participantes, bem como ter relatos de sua realidade, e de forma mais ampla, da realidade da comunidade como um todo.

As mobilizações das ruas em 2013 e 2014, já diziam que abríamos mão da Copa, reivindicávamos educação, saúde, moradia e transporte público. No entanto, a prioridade do Governo Federal andava na contramão das demandas populares: em 2014, ano seguinte a às manifestações de junho, os gastos com juros e amortizações da dívida corroeram 45,11% do orçamento executado, já a pauta dos direitos sociais recebeu percentuais insuficientes de recursos públicos investidos em educação (3,73), saúde (3,98), assistência (3,08), moradia (0,00), saneamento (0,02) e transporte (0,54). Esses dados por si, já esclarecem os limites do estado democrático de direito, há uma expropriação do fundo público em benefício do sistema financeiro, suposto credor da dívida que o Governo negou-se a auditar. Agora, basta andar nas comunidades, conhecer as escolas, postos, espaços da assistência, a precariedade da moradia e do saneamento, a careza e a baixa qualidade do transporte urbano para identificar uma infinidade de violações de direitos – particularmente os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988.

A particularidade da questão da moradia, extremamente aguçada por conta das remoções em vista da ampliação da Av. Tronco é reconhecida pelas crianças e adolescentes com quem trabalhamos como uma violação de direitos.

## Considerações finais

Fonseca (2010) chama atenção para a banalização do sujeito de direitos, uma vez que o marco regulatório que instituiu a doutrina da proteção integral – o ECA – bate de frente com os

desígnios do mercado acordados pelos senhores e senhoras do capital. Situação igual vivemos com a Constituição que, denominado cidadã, acabou por regular mínimos sociais; na materialidade nem esses obtivemos. Por que a universalização da escola, não veio com qualidade da escolarização; assim como a potência do SUS, segue deixando a desejar na qualidade do atendimento, não é diferente a situação nas políticas da assistência, moradia e saneamento, transporte, trabalho e renda. Se os adultos provedores dos sujeitos de direitos não têm seus direitos garantidos, como serão provedores? Se o Estado não assegura direitos sociais de qualidade a partir da arrecadação instituída acaba produzindo sujeitos sobranes – na esfera de direitos e na possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Nesta década de megaeventos houve um desperdício flagrante de recursos públicos em obras que não asseguram infraestrutura urbana para a maioria que paga impostos. E as políticas públicas de Estado continuaram sendo substituídas/constituídas por uma infinidade de projetos e programas compensatórios, acentuaram lutas sociais em contraposição ao modo hegemônico de fazer política e a subordinação consentida a esse modelo. Aqui talvez possamos pensar em legados da Copa para a população que se insurge contra a retirada de direitos – o forte

investimento em armas para conter manifestações de rua e a lei antiterrorismo.

Vimos que o principal impacto sofrido pelos moradores da Grande Cruzeiro com a realização de jogos da Copa da FIFA em Porto Alegre foi referente à moradia. Muitas famílias foram expulsas de suas casas, muitas vezes sob pressão da polícia e de máquinas que derrubariam as casas. Não tiveram direito à escolha e o que foi oferecido em troca era insuficiente: o aluguel social recebido não é suficiente para alugar imóvel algum naquela região; a indenização, segundo avaliação do valor da casa que seria destruída, não era suficiente para comprar um imóvel na região.

Caracterizamos as remoções de famílias em decorrência das obras de duplicação da Avenida Tronco como uma violação do direito à moradia, e podemos fazer aproximações com a ideia de superexploração-opressão porque tem um baque na capacidade de produção/reprodução da vida, uma vez que o custo da moradia extrapola a organização e as possibilidades das famílias – sintetizada na expressão ‘minha casa minha dívida’; e serem arrancad@s de comunidades em que viveram toda a vida, ajudaram a construir, têm suas relações de amizade, proximidade com o trabalho, a escola d@s filh@s/net@s... Um arrancar de raízes opressor! ◀

## Referências

FONSECA, Laura Souza; BALLARDIN, Mateus; SILVA Janaina Barbosa da; MENEGHEL, Marina El Hajjar.; SANTOS, Karen Moraes dos; PORTELA, Vivian Rocha. DIÁRIO DE CAMPO, Porto Alegre, 2013.

FONSECA, Laura Souza; BALLARDIN, Mateus; SILVA Janaina Barbosa da; MENEGHEL, Marina El Hajjar.; RHEINHEIMER, Mariana Schleder; ROSA, Lisiane da Silva. DIÁRIO DE CAMPO, Porto Alegre, 2014.

FONSECA, Laura Souza. Trabalho infante-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 1, p. 137-153, mar./jun.2010.

GUTERRES, Priscila. **Relatório Síntese – Parcial**: Interfaces nas Ações de Proteção Integral à Infância, à Adolescência e à Família: A Rede de Proteção da Microrregião 5 em Porto Alegre, RS. Pesquisa – Fapergs, 2009.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VARIOS AUTORES. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEHER, Roberto. Crise e questão social. In: **Rede de Estudos do Trabalho**. Ano III, número 6, 2010.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Cartilha dos Megaeventos Eu Abro Mão. 2013.